



A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A DISTÂNCIA NO BRASIL: estado do conhecimento

Priscila Patrícia Moura Oliveira¹

RESUMO

A oferta de cursos de formação profissional na modalidade a distância tem crescido rapidamente no Brasil. Caracterizado pela possibilidade de estudar a qualquer tempo e em qualquer lugar, esse formato é mais procurado principalmente por aqueles que não dispõem de tempo ou dinheiro para frequentar as salas de aula, normalmente, jovens trabalhadores. Aparentemente benéficas, essas ofertas precisam ser acompanhadas e analisadas com cuidado, uma vez que sua característica pedagógica tem impacto direto no processo de ensino e aprendizagem e, conseqüentemente, na formação recebida pelo trabalhador. Este estudo tem o objetivo de descrever e sistematizar o conhecimento acerca da mediação pedagógica e da transposição didática na Educação Profissional a distância no Brasil. Para realizá-lo, selecionamos cinco relevantes periódicos científicos brasileiros das áreas de Educação Profissional e Trabalho e Educação. Neles, foi empreendida uma busca por artigos científicos, publicados entre 2017 e 2021, os quais contivessem as palavras-chave “transposição”, “mediação”, “profissional” e “distância”. Os resumos dos dezenove resultados encontrados foram lidos, de maneira a determinar a real correspondência com o presente objeto de estudo. Os três artigos resultantes foram lidos na íntegra e submetidos à análise quanto aos conceitos delimitados. A realização desse trabalho, ao longo do mês de abril de 2022, trouxe como resultado a percepção de que é necessário fortalecer as pesquisas na área, uma vez que os poucos estudos existentes não permitem uma análise mais precisa sobre como os conceitos de mediação pedagógica e de transposição didática são abordados no âmbito da Educação Profissional a distância.

Palavras-chave: mediação pedagógica; transposição didática; educação profissional a distância.

¹ Doutoranda em Educação, Conhecimento e Sociedade pela Universidade do Vale do Sapucaí. E-mail: priscila.patricia@escolar.ifrn.edu.br



PEDAGOGICAL MEDIATION AND DIDACTIC TRANSPOSITION IN DISTANCE PROFESSIONAL EDUCATION IN BRAZIL: state of knowledge

ABSTRACT

The offering of professional education courses in the distance learning modality has grown rapidly in Brazil. Characterized by the possibility of studying at any time and in any place, this format is mostly sought by those who do not have the time or money to attend classrooms, usually young workers. Apparently beneficial, these offerings need to be monitored and analyzed carefully, since their pedagogical characteristics have a direct impact on the teaching and learning process and, consequently, on the training received by the worker. This study aims to describe and systematize the knowledge about pedagogical mediation and didactic transposition in distance learning professional education in Brazil. To accomplish it, initially five relevant Brazilian scientific journals in the areas of Professional Education and Work, and Education were selected. In them, a search was undertaken for scientific articles, published between 2017 and 2021, which contained the keywords “transposition”, “mediation”, “professional” and “distance”. The abstracts of the nineteen results found were read, in order to determine the real correspondence with the present object of study. The three resulting articles were read in full and submitted to analysis regarding the delimited concepts. The development of this work, throughout the month of April 2022, resulted in the perception that it is necessary to strengthen research in the area, since the few existing studies do not allow for a more precise analysis of how the concepts of pedagogical mediation and didactic transposition are addressed in the scope of Professional Education at distance learning.

Keywords: pedagogical mediation; didactic transposition; professional education at distance learning.

LA MEDIACIÓN PEDAGÓGICA Y LA TRANSPOSICIÓN DIDÁCTICA EN LA EDUCACIÓN PROFESIONAL A DISTANCIA EN BRASIL: estado del conocimiento

RESUMEN

La oferta de cursos de formación profesional a distancia ha crecido rápidamente en Brasil. Caracterizado por la posibilidad de estudiar en cualquier momento y en cualquier lugar, este formato es el más buscado especialmente por aquellos que no tienen tiempo



o dinheiro para assistir a las aulas, por lo general los trabajadores jóvenes. Aparentemente benéficas, estas ofertas necesitan ser cuidadosamente monitoreadas y analizadas, ya que su característica pedagógica tiene un impacto directo en el proceso de enseñanza y aprendizaje y, consecuentemente, en la formación recibida por el trabajador. Este estudio tiene como objetivo describir y sistematizar el conocimiento sobre la mediación pedagógica y la transposición didáctica en la formación profesional a distancia en Brasil. Para ello, se seleccionaron cinco revistas científicas brasileñas relevantes de las áreas de Educación Profesional y Trabajo y Educación. En ellos, se realizó una búsqueda por artículos científicos, publicados entre 2017 y 2021, que contuvieran las palabras clave “transposición”, “mediación”, “profesional” y “distancia”. Los resúmenes de los diecinueve resultados encontrados fueron leídos con el propósito de determinar la real correspondencia con el presente objeto de estudio. Los tres artículos resultantes fueron leídos en su totalidad y analizados de acuerdo con los conceptos definidos. La realización de este trabajo, durante el mes de abril de 2022, trajo como resultado la percepción de que es necesario fortalecer la investigación en el área, ya que los pocos estudios existentes no permiten un análisis más preciso sobre cómo los conceptos de mediación pedagógica y transposición didáctica son abordados en el contexto de la educación profesional a distancia.

Palabras clave: mediación pedagógica; transposición didáctica; formación profesional a distancia.

1 INTRODUÇÃO

Neste texto, apresentamos um estado do conhecimento acerca da menção aos conceitos relacionados à mediação pedagógica e à transposição didática em artigos científicos sobre Educação Profissional a distância, publicados em periódicos científicos nacionais, do campo de pesquisa em Educação Profissional e em Trabalho e Educação, entre os anos de 2017 e 2021. Para Morosini e Fernandes (2014, p. 55), este tipo de produção “é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”.

A motivação para a sua construção advém da necessidade de compreender mais profundamente como figuram esses dois importantes conceitos no âmbito da Educação Profissional e da Educação a Distância, duas modalidades de ensino que, devido ao crescimento e ao recente concatenamento, requerem mais estudos.

Para isso, inicialmente, apresentamos alguns pressupostos importantes acerca



da Educação Profissional a distância no Brasil, bem como da mediação pedagógica e da transposição didática em seus cerne e no contexto atual. Isso porque a hodiernidade do assunto faz com que seja necessário estabelecer um embasamento teórico para esta investigação.

Em seguida, demonstramos como se deu a constituição do *corpus* de análise deste artigo, detalhando de que forma foi procedida a busca e que critérios foram adotados na seleção dos trabalhos escolhidos. Logo após, temos a apresentação e análise destes quanto aos conceitos educacionais de interesse anteriormente mencionados.

Por fim, apresentamos algumas considerações acerca do que foi percebido, tanto durante a busca desses trabalhos quanto ao longo das análises. Ressaltamos que a qualidade da análise pode ter sido prejudicada pela pequena quantidade de textos encontrados que atendiam aos critérios estabelecidos. Apesar disso, acreditamos que foi possível contribuir para as discussões empreendidas na área, uma vez que destacamos a necessidade de que esforços sejam envidados para reforçá-las, fortalecê-las e aprofundá-las.

2 EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A DISTÂNCIA

Encontramos diversas definições para o termo Educação a Distância, das quais destacamos a seguinte:

[...] família de métodos instrucionais nos quais os comportamentos de ensino são executados em separado dos comportamentos de aprendizagem [...] de modo que a comunicação entre o professor e o aprendiz deve ser facilitada por dispositivos impressos, eletrônicos, mecânicos e outros (Moore, 1973 *apud* Belloni, 2008, p. 25).

A definição acima apresenta o que a autora destaca como os principais parâmetros para se configurar a Educação a Distância: o distanciamento entre professor e aluno, no espaço, e a utilização dos meios de comunicação tecnicamente disponíveis para a reaproximação deles neste espaço. É preciso destacar que a questão da separação entre aluno e professor, no tempo, não é mais um critério para que se defina determinado modo de ensinar e aprender como Educação a Distância, visto que este processo pode acontecer de maneira síncrona ou assíncrona (Mill, 2018).

As primeiras iniciativas de Educação a Distância aconteceram nos Estados Unidos e na Europa, ainda no século XVIII, com o desenvolvimento de cursos de formação por correspondência. No Brasil, ações semelhantes foram observadas a partir do século XIX, mas a modalidade só tomou força na primeira metade do século XX, tendo o ano de 1904 como o marco inicial do ensino por correspondência.



Na década de 1910, já era possível encontrar algumas iniciativas de Educação a Distância por meio do cinema e da radiodifusão. A sua consolidação e reforço se deu a partir de 1923, com a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE), cujo objetivo era incentivar a aplicação sistemática desses dois meios de comunicação de massa nos processos de ensino e aprendizagem. No entanto, a principal vertente da EaD no país continuava sendo os cursos profissionalizantes por correspondência que, apesar de utilizarem uma inovadora metodologia de ensino para a época e de integrarem novos suportes tecnológicos, eram vistos como formações de segunda categoria, uma vez que eram normalmente preferidos por indivíduos de baixa renda e que não tiveram oportunidades de ingressar no Ensino Superior (Cortelazoo, 2013).

A regulamentação da Educação a Distância, no Brasil, só se deu em 1961, com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei n.º 4.024/1961, cujo art. 25 trazia a previsão de que os cursos supletivos fossem ministrados por meios de comunicação capazes de atingir o maior número possível de alunos (Souza *et al.*, 2018).

A mesma lei tratou também de regulamentar o oferecimento da Educação Profissional, aproximando-a do ensino acadêmico. Entretanto, na prática, esta modalidade, que, para Moura (2007), surgiu em uma perspectiva assistencialista, visando dar aos desamparados a possibilidade de subsistência honesta, continuava figurando como instrumento de formação de mão de obra para o incremento da indústria, tanto durante o período do Estado Novo quanto ao longo da Ditadura Militar.

O período da redemocratização foi marcado por um crescimento das iniciativas a favor da implantação da informática educativa no Brasil, tais como a criação da Secretaria Especial da Informática, em 1980, e o Centro de Educação Aberta Continuada e a Distância, em 1989 (Cortelazoo, 2013). Já a Educação Profissional ganhou destaque no país com o aprofundamento da agenda neoliberal a partir de 1990. Isso porque o investimento na formação e na qualificação técnico-profissional era fundamental para preparar o trabalhador dinâmico e adaptável, necessário e adequado ao regime de produção flexível que se instaurava na época (Grabowski; Ribeiro, 2010).

A publicação da atual LDB, Lei n.º 9.394/1996, por sua vez, refletiu exatamente o que se viu nos anos anteriores, para as duas modalidades. Enquanto para a Educação a Distância se abriam diversas possibilidades através do incentivo ao seu desenvolvimento e vinculação em todos os níveis e modalidades de ensino; para a Educação Profissional, sobrou o descaso, já que, mesmo tendo o texto legal definindo a modalidade como aquela que se destina ao desenvolvimento de habilidades e capacidades para a vida produtiva, não foram definidas as competências e responsabilidades sobre ela (Souza *et al.*, 2018).



Nos anos que se seguiram, as modalidades continuavam seguindo caminhos divergentes. A Educação a Distância se aproveitava da massificação do acesso aos recursos tecnológicos e à internet para se expandir e se consolidar, por conta da criação de núcleos especializados em universidades públicas e do franco crescimento das instituições privadas (Cortelazoo, 2013).

Já a Educação Profissional sofria o desmonte provocado pelo Decreto n.º 2.208/1997, restritivo e fragmentador, que reforçava a dualidade educacional por meio da flexibilização da oferta e da restrição orçamentária para iniciativas públicas, o que abria caminho para a dominação do campo da formação profissional pela iniciativa privada, atendendo, assim, à perspectiva neoliberal dominante. A situação só foi minorada em 2004, por meio do Decreto n.º 5.154, que ampliou a participação do Governo na oferta da modalidade, permitindo que mais alunos pudessem frequentá-la (Grabowski; Ribeiro, 2010).

Após as primeiras iniciativas de ensino profissional a distância, ainda informais e por meio de correspondência, a Educação a Distância e a Educação Profissional se concatenaram formalmente através do Decreto n.º 5.622², publicado, em 2005, para regulamentar o art. 80 da LDB. Tal legislação é considerada o marco legal do início da oferta de Educação Profissional a distância, por regulamentar o oferecimento da modalidade no Ensino Fundamental, no Ensino Médio, na Educação Profissional Técnica de Nível Médio, na Educação de Jovens e Adultos e na Educação Especial. Além disso, incentiva e fortalece a implantação de cursos técnicos de nível médio subseqüentes na modalidade a distância (Souza *et al.*, 2018).

A ampliação dos níveis e modalidades de ensino aos quais a Educação a Distância pode ser aplicada é uma forma de “[...] democratização do acesso ao conhecimento e à formação por indivíduos que residem em regiões isoladas, com escassas oportunidades educacionais ou que não disponham de tempo ou condições objetivas para estar em cursos presenciais” (Mill, 2018, p. 551).

3 MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA E TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Para Libâneo (2013), o processo de ensino e aprendizagem é aquele em que há uma combinação de ações realizadas pelo professor e pelos alunos, sob a direção deste primeiro. É esperado que, através da sucessão planejada e sistematizada dessas ações, os alunos consigam atingir e desenvolver progressivamente as suas capacidades mentais.

² Revogado pelo Decreto n.º 9.057/2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm



Dentre essas ações, estão os métodos de ensino, que designam um conjunto de condutas, passos, condições externas e procedimentos realizados no intuito de dirigir e estimular o processo de ensino e aprendizagem.

Ao aplicar tais métodos, o professor pode assumir a postura de mediador, adotando determinados comportamentos e atitudes na apresentação de um conteúdo, que auxiliem o educando a assimilar, compreender e fazer uso dos conhecimentos estabelecidos. Para Masetto (2012 *apud* Cruz, 2018, p. 429), a mediação pedagógica “implica que o professor planeje e execute as condições para que aconteça a aprendizagem, na condição de incentivador, orientador, consultor e colaborador [...] no processo de aprendizagem”.

Martins *et al.* (2006) esclarecem que o princípio da mediação se baseia nas teorias interacionistas, nas quais o processo de ensino e aprendizagem acontece de forma mediada. Portanto, mesmo que o aprendiz não detenha integralmente alguns conhecimentos, ele pode realizar atividades colaborativas que os tenham como alvo. Os autores informam ainda que a “mediação do professor é um processo relacional, operado pelos sistemas simbólicos de que o sujeito dispõe, portanto, enfatiza a construção do conhecimento como uma interação mediada por várias relações e por outros sujeitos [...]” (Martins *et al.*, 2006. p.341).

Essencialmente, a Educação a Distância é considerada uma modalidade de ensino e aprendizagem mediada, ou seja, na qual os conhecimentos já se encontram postos e serão internalizados pelo aluno através da relação educacional a ser construída entre ele, seu professor e os saberes, ocorrida através dos meios de mediação, ou seja, das tecnologias de informação e comunicação aplicáveis.

Para Castelazzo (2013), para que a mediação na EaD ocorra satisfatoriamente, é fundamental existirem também alguns princípios, dentre os quais se destacam:

- **Autonomia:** habilidade de o indivíduo se responsabilizar por sua própria aprendizagem de acordo com um plano de estudos estruturado, através do qual se estabelecem momentos de aprendizado individual e outros em grupo;
- **Ação comunicativa (ou interação):** estabelecimento de relações de comunicação profícuas, ativas e criativas, entre os alunos e entre estes e o professor, de modo a contribuir para a construção e o compartilhamento dos saberes;
- **Colaboração:** necessidade de o indivíduo compartilhar saberes e experiências, tanto para aprender quanto para praticar suas habilidades e competências com os outros, seja para reelaborar o conhecimento existente, seja para produzir novos conhecimentos.



Assim sendo, constatamos que a mediação pedagógica na Educação a Distância depende, prioritariamente, da relação estabelecida entre os seus principais atores: o aluno, o professor e o meio de mediação. Entretanto, com o advento das mídias digitais na EaD, houve a estruturação desta em subsistemas que se concatenam para atingir o objetivo final de aprendizagem do aluno.

Dentre estes, conforme Behr e Mill (2018, p. 307), estão os “subsistemas de aprendizagem, tutoria ou docente, materiais didáticos e conteúdos, comunicação, desenho instrucional, tecnologias, gestão, entre outros [...]”.

No entanto, percebemos um importante crescimento da área relacionada ao desenho ou *design* instrucional, processo por meio do qual se desenvolve uma solução educacional para um problema anteriormente detectado. No meio digital, a resolução deste problema passa pela incorporação aos materiais digitais de boa parte da comunicação didática que acontece ao vivo e oralmente na educação presencial (Filatro, 2018).

Para Cruz (2018, p. 431), é preciso que os profissionais que se dedicam a esse subsistema tenham o devido domínio pedagógico, para “elaborar atividades para os ambientes virtuais e potencializar a presença do professor nos materiais, nas ambiências e nas propostas pedagógicas que auxiliem o processo de ensino-aprendizagem”. Assim, constatamos que um *design* instrucional significativo depende não só da mediação pedagógica, mas também da transposição didática.

Para Perrenoud (1993, p. 25 *apud* Almeida, 2011, p. 9), a transposição didática “é a essência do ensinar, ou seja, é a ação de fabricar artesanalmente os saberes, tornando-os ensináveis, exercitáveis e passíveis de avaliação no quadro de uma turma, de um ano, de um horário, de um sistema de comunicação e trabalho”.

Surgido em 1975, o termo foi esmiuçado por Chevallard, que identificou três tipos diferentes de saberes interligados no processo de transposição didática. Neste processo, portanto, o professor transforma o saber elaborado nas esferas científicas em saberes “ensináveis” aos alunos que, por sua vez, os transformam em saberes aprendidos. Por este motivo, o educador francês afirma que, para ser possível ensinar determinado conteúdo, é preciso que este tenha passado por determinadas deformações que o tornem passível de ser ensinado (Almeida, 2011).

Considerando as características intrínsecas da EaD, bem como a aplicação mais intensa das TICs em seu âmbito, observamos a importância crescente da transposição didática. Isso porque, numa infinidade de possibilidades tecnológicas a serem utilizadas no processo de ensino e aprendizagem, é preciso selecionar cuidadosamente aquelas mais adequadas para “traduzir pedagogicamente” um determinado conteúdo a ser trabalhado. Este processo recebe o nome de transposição digital.



Filatro (2018) destaca algumas importantes particularidades da transposição digital. A primeira delas é a multimídia, visto que a maioria dos recursos educacionais na EaD podem ser registrados em diferentes mídias, sendo veiculados por meio de diferentes tecnologias. Por conta disso, a transposição digital acaba sendo mais complexa, já que demanda a soma de esforços de profissionais de diferentes áreas para a sua realização. Por fim, a autora ressalta que tal processo precisa gerar conteúdos autossuficientes, porque serão utilizados pelos alunos tanto em momentos de estudos colaborativos quanto em situações de aprendizagem autônoma.

Diante do exposto, verificamos a importância que a mediação pedagógica e a transposição didática assumem no contexto da EaD, ao se tornarem componentes fundamentais do processo de ensino e aprendizagem nessa modalidade. Quando se considera a premissa de uma formação integral na Educação Profissional a distância, essa importância se acentua. Isso porque dentre os seus princípios estão a aplicação do trabalho como princípio educativo e a não dissociação entre teoria e prática³. Nesse contexto, portanto, a mediação pedagógica e a transposição didática devem propiciar também ao aluno a internalização de conhecimentos para além da simples execução da atividade, voltados para a compreensão de suas especificidades históricas, sociais, tecnológicas e produtivas (Moura, 2007).

4 A CONSTITUIÇÃO DO *CORPUS* E OS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Objetivando conhecer a produção acadêmica brasileira sobre a transposição didática e a mediação pedagógica na Educação Profissional a distância, inicialmente realizamos uma busca na base indexadora de periódicos científicos nacionais “Sumários de Revistas Brasileiras⁴”. O objetivo foi selecionar publicações voltadas para o campo de pesquisa em Educação Profissional e em Trabalho e Educação, nas quais as palavras-chave pré-selecionadas pudessem ser encontradas. Dessa maneira, foram encontrados os seguintes periódicos:

- **Educação Profissional e Tecnológica em Revista⁵**: periódico vinculado ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, oferecido em rede;

³ Vide art. 2º do Decreto 5.154/2004, disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm

⁴ <https://www.sumarios.org/>

⁵ <https://ojs.ifes.edu.br/index.php/ept/index>

- **Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica**⁶: periódico vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte;
- **Trabalho & Educação**⁷: periódico publicado pelo Núcleo de Estudos sobre Trabalho e Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais;
- **Trabalho Necessário**⁸: periódico do Núcleo de Estudos, Documentação e Dados sobre Trabalho e Educação, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação e à Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense;
- **Revista Trabalho, Política e Sociedade**⁹: periódico vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares e ao Departamento de Educação e Sociedade do Instituto Multidisciplinar da UFRRJ.

Com os periódicos já selecionados, procedemos à busca em cada um deles, utilizando as seguintes palavras-chave: “mediação”, “transposição”, “profissional” e “distância”. Como intervalo temporal, definimos o período entre 2017 e 2021, uma vez que o primeiro número da Educação Profissional e Tecnológica em Revista foi publicado em 2017. Com esses parâmetros, os seguintes resultados foram encontrados:

Quadro 1 – Quantidade de publicações encontradas por meio de busca com os primeiros critérios estabelecidos

Revista	Quantidade
Educação Profissional e Tecnológica em Revista	0
Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica	0
Trabalho & Educação	0
Trabalho Necessário	0
Revista Trabalho, Política e Sociedade	0

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

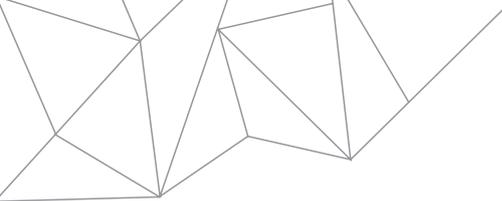
A ausência de resultados levou à realização de uma segunda rodada de pesquisas, desta vez, em duas etapas. Na primeira, buscamos artigos publicados entre 2017 e 2021, que mencionassem as palavras-chave: “transposição”, “profissional” e “distância”. Já na segunda, procuramos textos também publicados no mesmo intervalo temporal, nos quais

⁶ <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/RBEPT>

⁷ <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu>

⁸ <https://periodicos.uff.br/trabalhonecessario/index>

⁹ <https://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/index>



fosse possível encontrar as palavras-chave: “mediação”, “profissional” e “distância”. Ambas retornaram os seguintes resultados:

Quadro 2 – Quantidade de publicações encontradas por meio de buscas com os critérios estabelecidos na segunda rodada de pesquisa

Revista	1ª etapa	2ª etapa
Educação Profissional e Tecnológica em Revista	0	0
Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica	0	0
Trabalho & Educação	1	14
Trabalho Necessário	2	2
Revista Trabalho, Política e Sociedade	0	0

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

Este resultado preliminar demonstra que, considerando o intervalo de tempo utilizado nos filtros de busca, o número de textos que abordam a mediação pedagógica é muito mais elevado do que a quantidade daqueles que abordam a transposição didática, representando quase 85% do total de trabalhos encontrados.

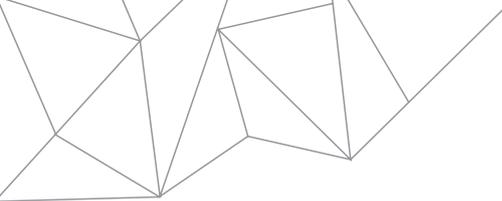
Em um segundo momento, realizamos a leitura dos resumos dos 19 trabalhos encontrados, no intuito de identificar a real correspondência deles com o tema deste trabalho de Estado do Conhecimento, a saber, mediação pedagógica e transposição didática na Educação Profissional a distância no Brasil. Por meio dessa análise, verificamos que nenhum dos quatro artigos provenientes da revista “Trabalho Necessário” tinha correlação com o referido tema. Já no que tange à revista “Trabalho & Educação”, os seguintes artigos foram selecionados:

Quadro 3 – Artigos selecionados para análise

Artigo	Autor(es)	Ano de publicação
Tutoria na Educação a Distância– contextos de atuação nas redes públicas e privadas ¹⁰	Andréa de Assis Ferreira, Érika Abreu Pereira, Lorena Andrade Costa	2021
Efetividade da formação profissional na educação a distância: uma revisão integrativa da literatura ¹¹	Diego Eller Gomes Dalton Francisco de Andrade Roberto Moraes Cruz Marina Bazzo de Espíndola	2018

¹⁰ <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/25104/27072>

¹¹ <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9750/6881>



Docentes de tecnologia da informação e comunicação: o uso da tecnologia como ferramenta pedagógica ¹²	Álvaro Bubola Possato Patrícia Ortiz Monteiro	2020
--	--	------

Fonte: Elaborado pela autora (2022)

É importante ressaltar que os três textos selecionados não trazem explicitamente os conceitos que aqui se deseja investigar, principalmente no que se refere à transposição didática. No entanto, a leitura deles na íntegra demonstrou correspondência com o tema, fazendo com que fossem eleitos para o *corpus* de análise deste estudo.

5 AS PESQUISAS SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DIDÁTICA E A MEDIAÇÃO PEDAGÓGICA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL A DISTÂNCIA NO BRASIL

Inicialmente, destacamos que os três artigos selecionados para esta análise possuem objetivos e características bastante diferentes. Enquanto Ferreira, Pereira e Costa (2021) e Gomes, Andrade e Cruz (2018) apresentam pesquisas bibliográficas, Possato e Monteiro (2020) apresentam os resultados de uma pesquisa qualitativa, descritiva e exploratória.

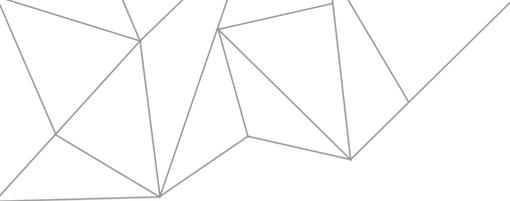
Quanto aos objetivos, observamos que Ferreira, Pereira e Costa (2021, p. 145) pretenderam “discutir o contexto de atuação dos tutores nos cursos em Educação a Distância (EaD), desde a implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), que regulamentou a EaD no cenário brasileiro”. Ao fim do estudo, os autores chegaram à conclusão de que:

[...] mesmo em contextos distintos de Educação a Distância, tanto nas instituições públicas quanto nas privadas, os tutores (virtuais ou presenciais) possuem realidades semelhantes no que concerne à ausência de regulamentação da sua profissão e do não reconhecimento das suas atividades profissionais como oriundas da docência (Ferreira; Pereira; Costa, 2021, p. 157).

Gomes, Andrade e Cruz (2018, p. 61), por sua vez, buscaram: “analisar como a comunidade científica tem avaliado a efetividade da formação profissional ofertada na modalidade de educação a distância”. Os autores constataram que:

[...] a literatura científica não apresenta um consenso acerca da definição de efetividade da formação profissional, já que alguns estudos a relacionam com o ganho de conhecimento, avaliado após a intervenção do curso, com os resultados observados na prática, ou mesmo com a satisfação do egresso ao término da formação. [...] a efetividade da formação profissional no contexto da modalidade de educação a distância está relacionada ao desenvolvimento de habilidades, atitudes e motivação, decorrente da participação no treinamento (Gomes; Andrade; Cruz, 2018, p. 74).

¹² <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9715/17626>



Já Possato e Monteiro (2020, p. 125) visam: “fazer uma análise sobre como os docentes do ensino profissionalizante, da área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TDIC), fazem uso das tecnologias”. Após a análise dos dados coletados, eles verificaram que:

Os docentes da área de Tecnologia da Informação e Comunicação estão em processo constante de atualização, sendo a sua formação realizada através da internet, de livros, de participação em fóruns, de buscas em redes sociais e revistas. [...] Em sala de aula, o docente de TDIC faz uso constante de todo o material tecnológico disponível, a fim de envolver o aluno através da informática educativa [...] (Possato; Monteiro, 2020, p. 136).

Como em sua discussão, Ferreira, Pereira e Costa (2021) abordam o papel do tutor em instituições públicas e privadas de educação profissional. O termo “mediação pedagógica” é bastante utilizado ao longo do texto, porque os autores informam que esta é uma das responsabilidades do profissional no exercício de sua função. Para eles, o tutor:

[...] é um importante profissional na **mediação pedagógica**, pois promove o intercâmbio entre os estudantes e os demais profissionais da EaD, apoia os discentes na organização dos seus estudos e, muitas vezes, exerce a função docente no que concerne à elucidação de conteúdos e à criação de circunstâncias que auxiliam o aluno na construção do conhecimento (Ferreira; Pereira; Costa, 2021, p. 152, grifo nosso).

Neste excerto, podemos identificar também uma correlação com o que se entende por transposição didática, uma vez que o desenvolvimento de estratégias de aprendizado para o aluno é elencado como uma das atribuições do tutor. Portanto, podemos depreender que, conforme os autores, o exercício da tutoria em iniciativas de Educação Profissional a distância, tanto públicas quanto privadas, enseja a articulação entre a mediação pedagógica e a transposição didática.

Para verificar como a comunidade científica avalia a efetividade da formação profissional ofertada na modalidade EaD, Gomes, Andrade e Cruz (2018) fizeram uma revisão integrativa de literatura em busca de textos que utilizem o modelo de Kirkpatrick, empregado para avaliar a efetividade de cursos de formação profissional. Portanto, no artigo dos autores, a mediação pedagógica e a transposição didática são citadas quando se aborda o segundo nível do referido modelo, denominada aprendizagem, onde “busca-se determinar se a ação educacional possibilitou a aquisição de novos conhecimentos, habilidades ou atitudes pelos participantes” (Gomes; Andrade; Cruz, 2018, p. 63).

No quadro 3 de seu texto, eles apresentam um conjunto de variáveis encontradas nos textos analisados, consideradas condicionantes para que essa aprendizagem se efetive na Educação Profissional oferecida na modalidade EaD. Dentre estas, algumas podem ser vinculadas à mediação pedagógica, tais como: motivação, apoio e *feedback* do instrutor, níveis de interação do aprendente com o conteúdo, com o professor ou com os



demais estudantes e participação ativa dos participantes e instrutores no curso. Já outras podem ser atreladas à transposição didática, sendo: utilização de estratégias de ensino participativas e interativas, utilização de atividades educacionais que abordem situações profissionais reais e adequação do design visual da plataforma de ensino, esta considerada quando se pensa em design instrucional.

Gomes, Andrade e Cruz (2018) explicam que, no modelo avaliativo de Kirkpatrick, o nível aprendizagem planeja determinar se a ação educacional possibilitou a aquisição de novos conhecimentos, habilidades ou atitudes pelos participantes, sem, contudo, predizer se tais adendos cognitivos serão transferidos significativamente para a atividade laboral. Dessa maneira, percebemos que a mediação pedagógica e a transposição didática foram identificadas pelos autores como variáveis importantes para o desenvolvimento e consolidação da aprendizagem na Educação Profissional ofertada na modalidade de Educação a Distância.

Para compreender de que maneira os docentes da Educação Profissional a distância, de determinada escola técnica, usa os recursos tecnológicos em suas aulas, Possato e Monteiro (2020) aplicaram um questionário semiestruturado para 16 professores da instituição. Os resultados, submetidos à análise de conteúdo, foram divididos em cinco classes, as quais refletem os principais temas levantados pelos docentes, quais sejam: A utilização das TDICs; Atualização dos docentes; Cotidiano docente; Os desafios dos docentes de TDIC; Os docentes e sua relação com as TDICs.

Em todas elas, podemos perceber menções indiretas à mediação pedagógica e à transposição didática, uma vez que, ao descreverem como aplicam a tecnologia em suas aulas, os professores demonstram que isso é feito tanto para desenvolvê-las quanto para compartilhá-las com os alunos e para manter contato com eles e motivá-los. Portanto, para Possato e Monteiro (2020, p. 128), ao realizar a mediação pedagógica e a transposição didática por meio da tecnologia na Educação Profissional a distância, o docente torna-se “um pesquisador em serviço. Aprende com a prática e a pesquisa e ensina a partir do que aprende. Realiza-se aprendendo-pesquisando-ensinando-aprendendo. O seu papel é fundamentalmente o de um orientador/mediador”.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em outubro de 2021, realizamos uma pesquisa semelhante, a qual objetivava sistematizar o conhecimento sobre a mediação pedagógica e a transposição didática na Educação Profissional a distância no Brasil, encontrado em dissertações e teses defendidas



entre 2011 e 2020. Foram encontrados apenas dois trabalhos, os quais, apesar de terem enfoques diferentes, mencionavam claramente a mediação pedagógica e, subjetivamente, a transposição didática.

Neste segundo momento, o universo de pesquisa foi ampliado, dessa vez voltando seu lócus para periódicos científicos, especificamente aqueles que se dedicam a divulgar estudos relacionados à Educação Profissional e ao Trabalho e Educação. Por ser este um tipo de trabalho acadêmico mais abrangente, esperávamos encontrar um maior volume de textos, que abordassem o tema de forma mais objetiva, o que não aconteceu. Os pouquíssimos resultados obtidos revelam que a mediação pedagógica e a transposição didática, conceitos tão importantes para a educação e discutidos no âmbito de outras modalidades educacionais, não têm a sua importância considerada quando se trata de Educação Profissional a distância.

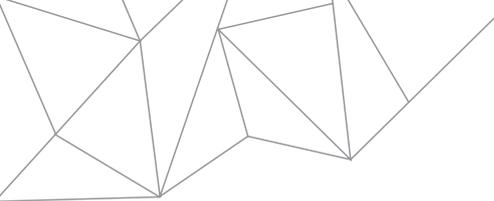
Outro ponto que merece destaque é que não foram encontrados artigos dedicados à discussão dos conceitos, tampouco trabalhos que buscaram compreender seu papel e/ou importância no âmbito da modalidade. Os textos encontrados têm objetivos bastante diferentes entre si e abordam a mediação pedagógica e a transposição didática de forma totalmente subjetiva. No entanto, mesmo que não tenham sido claramente mencionados ou didaticamente apresentados, foi possível perceber o seu papel e a sua importância para o processo de ensino e aprendizagem na Educação Profissional a distância.

Dessa maneira, mais uma vez, fica evidente a necessidade de se pensar, estudar e pesquisar a mediação pedagógica e a transposição didática nos âmbitos digitais, uma vez que o crescimento da EaD no país tende a prosseguir, demandando as adequações necessárias para que se efetivem nessa modalidade. Mais necessário ainda é considerar tais aspectos na Educação Profissional a distância, onde a carência de estudos e pesquisas pode acabar por, mesmo que não intencionalmente, reforçar não só a dualidade educacional que já está posta, mas criar outra, que segregue a Educação Profissional a distância dentro de si mesma.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Geraldo Peçanha de. **Transposição didática: por onde começar?** São Paulo: Cortez, 2011.

BEHR, Ariel.; MILL, Daniel. Gestão estratégica da Educação a Distância (verbetes). *In*: MILL, Daniel (org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**. Campinas, SP: Papyrus, 2018. p. 303-310.



BELLONI, Maria Luiza. **Educação à Distância**. Campinas: Autores Associados, 2008.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art.36 e os artigos 39 a 42 da lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 18 abr. 1997. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 jul. 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005. Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 20 dez. 2005. Disponível em: <https://abmes.org.br/legislacoes/detalhe/2366/decreto-n-5.622>. Acesso em: 10 maio 2023.

BRASIL. Decreto nº 9.057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 maio 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/decreto/d9057.htm. Acesso em: 10 maio 2023.

CORTELAZZO, Iolanda Bueno de Camargo. **Prática pedagógica, aprendizagem e avaliação em Educação a Distância**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

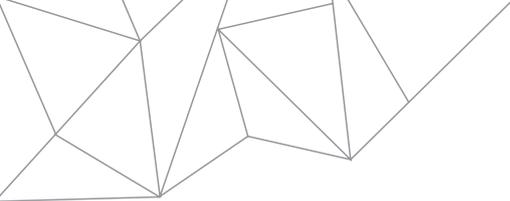
CRUZ, Dulce Márcia. Mediação pedagógica (verbete). *In*: MILL, D. (org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância**. Campinas, SP: Papirus, 2018. p. 429-432.

FERREIRA, Andréa de Assis; PEREIRA, Érika Abreu; COSTA, Lorena Andrade. Tutoria na Educação a Distância: contextos de atuação nas redes públicas e privadas. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 30, n. 1, p. 145-160, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/25104>. Acesso em: 18 abr. 2023.

FILATRO, Andrea. **Como preparar conteúdo para EaD**. São Paulo: Saraiva, 2018.

GOMES, Diego Eller; ANDRADE, Dalton Francisco de; CRUZ, Roberto Morais. Efetividade da formação profissional na Educação a Distância: uma revisão integrativa da literatura. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 27, n. 2, p. 61-78, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9750>. Acesso em: 18 abr. 2022.

GRABOWSKI, Gabriel; RIBEIRO, Jorge Alberto Rosa. Reforma, legislação e financiamento da educação profissional no Brasil. *In*: MOLL, Jaqueline (org.).



Educação Profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Porto Alegre: Artmed, 2010.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática.** São Paulo: Cortez, 2013.

MARTINS, Janae Gonçalves; RODRIGUEZ, Alejandro Martins; BEBER, Bernadette; MACEDO, Claudia Mara Scudelari de; FIALHO, Francisco; ULBRICHT, Vania Ribas. **Perspectivas da mediação pedagógica e da transposição didática em educação a distância.** In: CONFERÊNCIA IADIS IBERO-AMERICANA, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/268268662>. Acesso em: 20 maio 2023.

MILL, Daniel. Educação a Distância (verbetes). In: MILL, Daniel (org.). **Dicionário Crítico de Educação e Tecnologias e de Educação a Distância.** Campinas: Papyrus, 2018. p. 198-203.

MOROSINI, Marília Costa; FERNANDES, Cleoni Maria Barboza. Estado do Conhecimento: conceitos, finalidades e interlocuções. **Educação por escrito**, Rio Grande do Sul, v. 5, n. 2, p. 154-164, 2014. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/index.php/poescrito/article/view/18875/12399>. Acesso em: 21 maio 2023.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração. **Holos**, Rio Grande do Norte, v. 2, p. 4-30, 2007. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 14 maio 2023.

POSSATO, Álvaro Bubola; MONTEIRO, Patrícia Ortiz. Docentes de tecnologia da informação e comunicação: o uso da tecnologia como ferramenta pedagógica. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 29, n. 1, p. 125–138, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9715>. Acesso em: 18 mar. 2023.

SOUZA, Fernando Roberto Amorim; BALLÃO, Carmen Mazepa; FOFONCA, Eduardo; COLOMBO, Irineu Mario. Por correspondência e pela internet: história da Educação Profissional a distância no Brasil. **Boletim Técnico do Senac**, Rio de Janeiro, v. 44, n. 2, maio/ago., 2018. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/698/585>. Acesso em: 14 maio 2023.

Recebido em: 07 de julho de 2022.

Aprovado em: 25 de abril de 2023.